

**OS DESAFIOS DA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE:  
ENTRE LIMITES EPISTEMOLÓGICOS E POLÍTICOS**

Fernando Tadeu Germinatti<sup>1</sup> e Tatiane Pereira de Souza<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, procuraremos buscar encontrar alguns pontos relevantes acerca da história do tempo presente e, com isso, estimular discussões que contribuam para seu desenvolvimento epistemológico. Não obstante, a ideia é analisar também os problemas relativos ao trabalho com a história do tempo presente e ao uso, pelos historiadores, de testemunhos diretos.

**Palavras-chave:** Tempo Presente; desafios; historiografia.

**ABSTRACT:** In this work, we will try to find some relevant points about the history of the present time and with that stimulate discussions that contribute to its epistemological development. Nevertheless, the idea of this work is to analyze also the problems related to the work with the history of the present time and the use, by the historians, of direct testimonies.

**Keywords:** Present Time; challenges; historiography.

## **INTRODUÇÃO**

A denominação história do tempo presente convive com outras que têm no recorte temporal da contemporaneidade a sua marca, entre elas estão história contemporânea, história atual e história imediata, todas com um significado, mas não o mesmo, envolvendo a mesma problemática. Segundo Eric Hobsbawm (2005), “o tempo presente é o período durante o qual se produzem elementos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, olhar em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação”.

Destarte, duas categorias se destacam no que concerne ao estudo do tempo presente, o testemunho e a objetividade. A história que se praticava até o século XIX era a história do tempo presente, em que eram dadas ênfase e credibilidade à história do tempo da presença subjetiva do historiador. Conforme exposto por Marc Bloch, o presente é “no

---

<sup>1</sup> Graduado em jornalismo pelo Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP), Pós graduado em Sociologia pelo Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR), Pós graduado em História Social e Contemporânea pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e Graduando em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER).

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia com Licenciatura Plena pelo Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP), graduação em Gestão Educacional pela mesma Universidade, mestra em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

infinito da duração, um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que mal nasce morre” (BLOCH, 2001, p. 60).

Na antiguidade clássica, muito ao contrário, a história recente era o foco central da preocupação dos historiadores. Heródoto e Tucídides redigiram suas obras no calor dos acontecimentos, recorrendo aos testemunhos diretos para construir suas histórias. Nesse período, a história recente era o foco central da preocupação dos historiadores.

Os historiadores da antiguidade estavam preocupados com sua realidade mais imediata, atentando para questões do momento. Não havia, portanto, nenhuma interdição ao estudo dos fatos recentes, e as testemunhas oculares eram fontes privilegiadas para a pesquisa.

Contudo, a partir do século XIX, com o Positivismo ou Escola Metódica iniciado pelo sociólogo Augusto Comte, tendo em sua base metodológica, sociológica e historiográfica uma confiança na capacidade de fazer uma ciência pura, se rompe a maneira como se fazia história, havendo uma interdição, se estabelecendo como um dogma fazer uma história objetiva e verdadeira com certo recuo temporal. O recuo temporal permitiria chegar à objetividade, pois afastaria a perspectiva subjetiva do historiador.

Acreditavam na possibilidade de construir um conhecimento historiográfico muito próximo ao das ciências naturais, em termos de objetividade. A história, para os positivistas, deveria ser redescoberta e não interpretada, passou a instituir-se num processo completo de objetividade, enfatizando uma universalidade, crendo que as sociedades humanas estivessem ligadas a leis gerais.

Os positivistas enfatizavam os documentos escritos e legitimados pelo Estado como sendo a base da história. Devia-se, acima de tudo, valorizar o que estava escrito no documento oficial e escrito, se restringindo a fatos políticos e dos grandes agentes históricos, reis, generais, ditadores, excluindo da narrativa os “homens comuns”. Tratava-se apenas dos fatos políticos e ideológicos. A história política era a história por excelência. Para Roger Chartier (1978, p. 517), a história positivista considera que o documento escrito seria o seu “início-fim”, uma vez que os historiadores dessa corrente acreditavam que, para além dos textos, não existiria história pensável.

Para os positivistas, os métodos utilizados nas ciências da natureza poderiam ser

aplicados para uma análise social. Sendo assim, o historiador poderia analisar um processo histórico da mesma forma que um biólogo examina uma planta. Contudo, na Alemanha o historiador Leopold Von Ranke (1795-1886), influenciado por algumas das características do Positivismo, ficaria conhecido como o "pai da história moderna" ou o "pai da história científica".

A ideia de neutralidade científica é um dos pontos mais polêmicos a serem analisados na posição historiográfica de Ranke. O historiador deveria ser capaz de fugir de todo e qualquer tipo de condicionamento filosófico, religioso, cultural e social; não deveria interpretar o fato histórico. Ranke, movido por uma ideia de neutralidade, centrava-se na ideia de construir uma história objetiva, verdadeira, que deveria ser feita com um recuo temporal.

Ranke almejava a objetividade, propondo uma relação de distanciamento entre o historiador e seu objeto de estudo. Ao afirmar que pretende contar os fatos tal como aconteceram, deixa clara sua objetividade, posto que, no seu modelo, o historiador deve se ater ao que as fontes expressam. Assim, para se construir história bastaria resgatar uma quantidade de fatos bem documentados e encaixá-los em uma lógica linear de acontecimentos.

Ao final, a proposta historiográfica de Ranke era a de obter solidez e permanência dos resultados da pesquisa histórica através do rigor metodológico. Ranke acredita plenamente que o historiador deve buscar a objetividade, pode se neutralizar, expressar uma análise imparcial da história, "dando a cada um o que lhe é devido". Para ele, a verdade só podia ser uma.

Estabeleciam-se, assim, entrelaçadas aos princípios do positivismo e do historicismo, as primeiras tentativas de afirmação de levantar uma dimensão científica da história, constituindo um passo importante para a compreensão da historicidade dos fatos sociais e para o desenvolvimento da ciência histórica moderna. Durante o século XIX, os historiadores passam por um processo de emancipação, conquistando, gradativamente, a autonomia da história como um campo de saber com características científicas.

## 1-DISCUSSÃO

Embora a história já existisse como campo de práticas e produção de um saber

específico, foi no século XIX que começou a ser postulada como um conhecimento científico. Não à toa, tal século ficara conhecido como o “século da história”. Conforme observa François Dosse (2010, pp. 15-16), o processo de construção de tal expressão encobre duas realidades diferentes e complementares. De um lado, foi o século da história porque a sociedade da época passou a esperar que a história enunciasse um tempo laicizado e que afirmasse para qual direção se dirigia a humanidade, atribuindo à história a função de um magistério do futuro em missão profética, e deslocando à disciplina histórica uma expectativa que tradicionalmente fora destinada à religião. Por outro lado, o século da história foi o XIX porque nesse período buscou-se uma profissionalização da prática histórica, que por toda a Europa foi dotada de um programa para seu ensino, com regras metodológicas e imbuído de uma preocupação para diferenciá-lo da literatura.

A partir do século XIX, a história recente, então chamada de contemporânea, tornou-se um objeto problemático. O ponto de partida para entender esse processo é a constatação do triunfo de uma determinada definição de história a partir da institucionalização da própria história como disciplina universitária. Essa definição, fundada sobre uma ruptura entre o passado e presente, atribuía à história a interpretação do passado e sustentava que só os indivíduos possuidores de uma formação especializada poderiam executar corretamente essa tarefa.

A afirmação da concepção da história como uma disciplina que possuía um método de estudo de textos que lhe era próprio, que tinha uma prática regular de decifrar documentos, implicou a concepção da objetividade como uma tomada de distância em relação aos problemas do presente. Assim, só o recuo no tempo, o recuo temporal do historiador do acontecimento poderia garantir uma análise objetiva. A síntese das características (negativas) desta historiografia é resumida em uma famosa passagem de Jacques Julliard:

[...] é psicológica e ignora os condicionantes; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global [...], é qualitativa e ignora as séries [...], ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os fatos precisos, e ignora o longo prazo [...] (JULLIARD, 1976, p. 181)

Acreditava-se que a competência do historiador devia-se ao fato de que somente ele podia examinar os traços materiais do passado. Seu trabalho não podia começar verdadeiramente senão quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados. A história verdadeira, a história objetiva, só se daria com o recuo temporal, afastando a perspectiva do historiador.

Enquanto a historiografia da antiguidade clássica, como é sabido, recorreu às narrativas dos testemunhos diretos na construção de seus relatos, visto que o testemunho do historiador era a segurança de credibilidade, a história fora desqualificada na segunda metade do século XIX, tendo em discussão sua validade teórica com relação ao risco subjetivo.

Em verdade, os historiadores da dita “escola metódica ou positivista” afirmavam-se capazes de tecer considerações sobre determinado objeto ou fato histórico de maneira meramente objetiva, ou seja, dentro dessa perspectiva o objeto falava por si mesmo. Acreditavam que, se adotassem uma atitude de distanciamento de seu objeto, sem manter relações de interdependência, obteriam um conhecimento histórico objetivo, um reflexo fiel dos fatos do passado, puro de toda distorção subjetiva.

O historiador, para eles, narra fatos realmente acontecidos e tal como se passaram (REIS, 2004, p. 18). Dentro dessa perspectiva, considerava-se a história uma ciência linear, fundamentada na observação passiva do passado, cabendo ao historiador apenas o relato de fatos e eventos ocorridos, em uma postura de distanciamento em relação ao objeto investigado.

É possível de ser dito que os historiadores, ao longo do século XIX, mantiveram preocupação constante em impor um distanciamento temporal e cronológico, sendo somente no final do século XX que toma força o tempo presente. Josep Fontana é mais incisivo quando trata desta questão:

Desde os começos, nas manifestações mais primárias e elementares, a História tem tido sempre uma função social – geralmente a de legitimar a ordem estabelecida –, ainda que tenha tendido a mascarar-la, apresentando-se com a aparência de uma narração objetiva dos

acontecimentos concretos (FONTANA, 1998, p. 15).

Nesse sentido, o caráter passageiro da existência do sujeito torna a história do presente a única possível de lidar com as falas dos autores nos processos históricos.

Marc Bloch (2001) assevera que é necessário compreender o passado pelo presente e o presente pelo passado, expondo que a história não se resume exclusivamente ao passado. O que se deve realizar é a contribuição para um debate sobre tendências. “Nesse sentido, todo trabalho de historiador é um contínuo vai e vem entre o presente, de onde ele escreve; o passado, que ele analisa, e o futuro, que ele tenta projetar” (BERTONHA, 2013, p. 9).

Nessa seara, o regime de historicidade do tempo presente é bastante peculiar e inclui diferentes dimensões, tais como: processo histórico marcado por experiências ainda vivas, com tensões e repercussões de curto prazo; um sentido de tempo provisório, com simbiose entre memória e história; sujeitos históricos ainda vivos e ativos; produção de fontes históricas inseridas nos processos de transformação em curso; temporalidade em curso próximo ou contíguo ao da pesquisa. Segundo Bloch (2001, p. 65), “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.”

Com relação à subjetividade analítica inerente à perpetuação histórica nesse exercício de relação passado-presente, recorreremos à análise sobre o pensamento de Edward Palmer Thompson, contido na obra *Historiadores de nosso tempo*. No capítulo intitulado “Edward Palmer Thompson”, Ricardo Müller e Sidnei Munhoz fazem referência ao autor, sublinhando que:

Para Thompson, haverá sempre novas formas de interrogar as evidências [...] e, nesse sentido, o produto da investigação histórica estará sempre sujeito a modificações, com as preocupações de diferentes gerações ou nações, de cada sexo e/ou classe social. Isso não significa, no entanto, que os acontecimentos passados se modifiquem ao sabor de cada interrogação investigativa ou que a evidência seja indeterminada. Ao contrário, sublinha: “Supor que um ‘presente’, por se transformar em ‘passado’, modifica com isso seu *status* ontológico, é compreender mal tanto o passado como o presente” (MUNHOZ e MÜLLER, 2010, pp. 47-48).

O tempo sendo o campo de investigação do fazer historiográfico seja ele passado ou presente. De acordo com Marc Bloch, o objeto de estudo da história são os homens e as diferentes sociedades humanas no tempo. Ele contesta a visão tradicional de que historiadores estudam tão somente o passado, definindo a disciplina como “ a ciência dos homens no tempo”. Nessa altura do diálogo, pode-se inferir que com o surgimento dos *Annales*, com Marc Bloch e Lucien Febvre na década de 1920, revelaram em seu programa a impossibilidade da objetividade histórica.

Bloch defende a ideia de um historiador com postura ativa, que a história se faz sim com vestígios e documentos, mas o historiador não deveria se calar para deixar que as fontes falassem por si. Os *Annales* faziam uma crítica política da história tradicional, como sendo uma história apenas das elites e do poder que desconsiderava a história da maioria.

Para Marc Bloch, o historiador podia utilizar uma gama mais ampla de documentos que o estoque limitado de documentos escritos; ele deveria buscar materiais arqueológicos, artísticos, numismáticos, exame de crônicas, cartas, estudo de nomes dos locais etc.

Ainda, de acordo com Bloch, a história deve instigar nos textos aquilo que eles não dizem explicitamente. O autor, assim, recusa a historicização plena presente em Ranke, discorda do estudo do passado pelo passado e afirma a necessidade de se compreender o passado pelo presente e o presente pelo passado, visto que é imperioso conhecer o passado para agir no presente.

Marc Bloch e Lucien Febvre pretendiam renovar o fazer historiográfico. Seu intuito era escrever a história sob uma nova perspectiva, que não fosse mais uma simples narrativa dos grandes acontecimentos. Conscientes das transformações que vinham ocorrendo, sentiram necessidade de buscar respostas para a realidade que se impunha, renovando o discurso historiográfico.

O século XX, por sua vez, recebeu o estigma de objeto de estudo problemático e a legalidade de sua abordagem foi constantemente questionada. O contemporâneo podia ser matéria das ciências sociais em geral, mas não da história. Contudo, nesse século, a história já se mostrava cheia de turbulência e indicava profundas mudanças. A história do tempo presente encontrou dificuldades para se legitimar por não ter uma definição mais precisa de seu objeto, de suas metodologias e dos limites de sua investigação.

Posto que sendo somente no período pós-Segunda Guerra Mundial que a história do tempo presente começa a se desenvolver. Após essas breves considerações, optamos por finalizar o presente tópico com uma avaliação de Peter Burke sobre a corrente que estamos a analisar:

Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo dos Annales, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia a à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais (BURKE, 1992, p. 89).

## 2-O RETORNO DA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

A reabilitação da história do tempo presente, em novos moldes, após as grandes guerras mundiais, introduziu o relato testemunhal como um dado essencial para a compreensão daqueles conflitos. É nessa toada que a atualidade nos persegue, não nos poupa: há uma demanda social e disso somos testemunhas (RÉMOND, 1996, p. 206). A história do tempo presente constituiu-se somente recentemente como um lugar privilegiado para a reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social.

Edward Palmer Thompson, por seu turno, afirma que a escrita da história é provisória, e, portanto, sujeita a críticas e reformulações, ao passo que o que se estuda são fenômenos em constante movimento, “cujos termos gerais de análise (isto é, as perguntas adequadas à interrogação da evidência) [...] estão em transição, juntamente com os movimentos do evento histórico” (THOMPSON, 1981, p. 48). O que torna a interpretação histórica mutável, de acordo com os dilemas de cada geração, sexo, nação ou classe social.

A renovação da história e da historiografia, especialmente promovida nos anos 1970 pelos chamados “novos historiadores” franceses, motivou uma série de reflexões sobre modelos de explicação da história. A relação do historiador com o passado é colocada sob



perspectiva do presente, assim, o sujeito olha para o passado de acordo com o momento que vive e com suas intenções. Tornou-se evidente a necessidade de libertar o historiador da limitação de sua competência à dimensão do passado.

Ainda assim, na atualidade coloca-se toda uma complexidade dada aos aportes teóricos metodológicos dos quais faz-se afirmar que a discutível fragilidade da história do tempo presente é na verdade uma fonte potencializadora que rompe com suas fragilidades. Para Hobsbawm o passado, o presente e o futuro constituem um *continuum*, dessa forma, o passado não deve ser estudado pelos historiadores enquanto passado, mas revisado e incorporado ao presente.

A rigor, as mudanças historiográficas criaram um espaço novo para o estudo dos períodos recentes, posto assim, que os historiadores do tempo presente devem então estar atentos às mudanças, acolher novos temas, visto que a história do tempo presente é feita de moradas provisórias, sua história é reescrita mediante correções, revisões, acréscimos. É diante deste prisma que Rémond (1996) assevera que os historiadores do tempo presente precisam rever continuamente a delimitação do seu campo de pesquisas.

Destarte, dentre as peculiaridades e dificuldades de se trabalhar com os fatos recentes é pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar.

Pierre Nora (1984, p. 53) expõe as suas preocupações quanto à proximidade entre o historiador e os sujeitos sociais. Adverte que a história do tempo presente pode ferir, pois “(...) se trabalha com carne viva, ela reage e sangra (...) porque rema quase fatalmente contra a corrente da imagem que uma sociedade tem necessidade de construir acerca de si mesma para sobreviver.”

É no presente que se têm as lembranças que são colocadas em narrativa, e a narrativa também pertence ao presente. O testemunho e a transcrição deste também se situam neste momento, bem como outros processos de um provável processo de editoração desta pesquisa, como sua divulgação e a recepção por parte do leitor.

Ao trabalhar com esta história próxima, da qual faz parte como testemunha viva, pode surgir ao investigador do presente algumas implicações de caráter ético. Por exemplo,

mais que as outras histórias, a história do tempo presente coloca a questão do papel fundamental das escolhas do historiador e de sua condição política.

Há uma exigência ético moral na base de seu trabalho, a qual se manifesta mais na busca que no conteúdo. Outrossim, normalmente, fazer história do tempo presente começa pela definição de um problema de pesquisa que tem implicações existenciais para o pesquisador, de modo mais agudo que na pesquisa de épocas mais distantes.

Consideramos que Carlos Fico resolve mais satisfatoriamente o problema ao afirmar que a única característica específica da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos, isto é “a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/o explicar” (FICO, 2012).

É sintomático que o historiador do tempo presente lida com a memória viva dos seus contemporâneos e está exposto, por conta disso, a uma pressão social e política inegável. Por exemplo: grupos que viveram eventos traumáticos (como o Holocausto, e ditaduras no Brasil) pressionam os historiadores no sentido de referendar seu ponto de vista.

Por conseguinte, se de um lado observa-se o alargamento do campo de pesquisa voltado para a história do tempo presente e que pode ser interpretado como um avanço das pesquisas para um tempo ainda pouco explorado pela produção historiográfica. Em compensação, de outro, revela as fragilidades do historiador diante do inacabado e, conseqüentemente, dos limites que essa condição impõe às suas conclusões, diante de acontecimentos que estão em movimento e que terão desdobramentos impossíveis de serem vislumbrados em suas análises.

Dentro desse conjunto de pressupostos, para o historiador o documento deve ser interpretado e instrumentalizado socialmente. É imperiosa a tarefa de não contentar-se com possíveis verdades irrevogáveis, não se prendendo somente ao estudo do passado. Trabalhar com história do tempo presente não só é preciso como necessário, exigindo, contudo, maior acuidade ética-intelectual e rigor metodológico com seu objeto de estudo.

## **CONCLUSÃO**

À guisa de conclusão, urge considerar que, desde o fim do século XX, os historiadores envolveram-se em disputas sobre a possibilidade de historicização do presente, visando o caráter passageiro da existência do indivíduo. Torna a história do presente a única possível

de lidar com as falas dos autores nos processos históricos. Nesse sentido, o historiador do presente trabalha sobre um passado mais próximo e por isso é reflexo de uma certa mescla entre ser sujeito e objeto da história, estando no meio dos acontecimentos e com eles ainda indefinidos, possibilitando acompanhar a história como acontecimento vivo, que se constrói no momento.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARESTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BÉDARIDA, F. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp. 222-232.

BERNSTEIN, S.; MILZA, P. Conclusão. In: CHAUVEAU, A. e TÉTARD, P. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. pp. 127-130.

BERTONHA. Apresentação ao dossiê: problemas e questões da história do tempo presente. Minas Gerais: UFOP – *Cadernos de história*, nº 1, junho de 2013.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1992.

CARR, Edward Hallet. *Que é a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp. 215-218

CHAUVEAU, A e TÉTARD, Ph (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

DOSSE, François. Entrevista. *História Agora - Revista de História do Tempo Presente*, n. 7, agosto de 2009.

DOSSE, François. História e historiadores no século XIX. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. pp. 15-31.

ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

- FENELON, Déa Ribeiro. *E. P. Thompson – história e política*. São Paulo: Projeto história, 1995.
- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, vol.28, n.47. 2012.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O Presente como história*. In: HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. Modernidade. In \_\_\_\_\_. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. pp. 267-303.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. pp. 181-193.
- LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- MULLER, Helena Isabel. História do tempo presente: algumas reflexões. In: PÔRTO JR., Gilson (Org.). *História do tempo presente*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- MUNHOZ, Sidnei e MÜLLER, Ricardo Gaspar. Edward Palmer Thompson. In: LOPES, Marcos Antônio e MUNHOZ, Sidnei J. *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010. pp. 31-52.
- RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó-SC: Argos, 2011. pp. 21-49.
- RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papyrus, 1994.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do Presente. In: CHAUVEAU, A. e TÉTARD, Ph. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. pp. 39-50.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

WHITE, H. Teoria literária e escrita da história. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.7, n. 13, pp. 21-48. 1991.

Recebido em 14/03/2018

Aprovado em 02/06/2018